

Educação no Brasil de 2020

ANTONIO PAIM

SITUAÇÃO ATUAL REFERIDA À SITUAÇÃO DESEJÁVEL

A JULGAR PELA MANIFESTAÇÃO DOS ATORES CONSULTADOS, a sociedade brasileira tem uma nítida compreensão da importância da questão educacional, associada ao entendimento de que a situação presente é de todo insatisfatória. Num dos depoimentos afirma-se taxativamente que se a questão da educação não for resolvida, o país vai perder “o bonde da modernidade”. Ou ainda que “a estrada que nos vai levar ao futuro, tem que ser pavimentada com educação; o resto são as vicinais”.

A situação desejável está expressa com muita frequência nos seguintes termos: “... o Brasil em 2020 passa, em primeiro lugar, pela educação. Um país que não tenha mais analfabetos, um país que tenha formado profissionais, trabalhadores para operar um sistema muito mais moderno do que agente tem hoje”. Trata-se de atingir “padrão de desenvolvimento que seria próximo às chamadas economias de primeiro mundo”, para o que “teria que haver um nível de educação muito mais desenvolvido do que temos hoje, um desenvolvimento cultural e acesso a meios tanto de educação como de treinamento de uma forma mais eficiente do que a que existe hoje”.

Embora não haja formulação em termos técnicos porquanto a consulta não se dirigiu a especialistas, a sociedade dá-se conta de que ao sistema de ensino incumpe um conjunto de atribuições que não se esgota na formação profissional, abrangendo simultaneamente a educação para a cidadania e a difusão da cultura geral, isto é, não especializada e desinteressada.

Assim, um dos participantes enfatizou que o Brasil do ano 2020 não poderia admitir a coexistência com analfabetos, e não apenas “com analfabetos funcionais, que não sabem ler e escrever” mas também “analfabetos políticos”, no sentido de que a escola não o prepara para participar da vida do país como cidadão. Dizendo-o com suas próprias palavras: “A educação se fechou nela mesma e não se abriu para o mundo. Nós sabemos muitas vezes que o aluno não quer ir para a escola porque a escola não tem nada a ver com a vida dele. Não tem o objetivo de formar o cidadão que é muito mais do que ensinar matemática, português, geografia e história; isto tudo tem que estar num contexto de formar o

cidadão. E o cidadão que sabe do que precisa e onde quer ir. Agora a escola não dá isso, ficando só em formar para ler e escrever”.

Outro dos participantes referiu a circunstância de que na Escola Fundamental o critério para inclusão dessa ou daquela disciplina é o fato de figurar no concurso vestibular. Quer dizer que a Escola de 1º e 2º graus não são terminais. Como se, nalgum país do mundo, pudesse existir um sistema educacional que se propusesse levar a todos para a Universidade, ou, no polo oposto, limitado a proporcionar educação àqueles que ao mencionado nível de ensino se destinassem. O fato de que a Escola Fundamental não esteja estruturada como grau terminal explica em grande medida o quadro de evasão que se verifica em suas oito séries.

Parece claro à maioria dos participantes que o Estado deve refluir para as suas atribuições clássicas no plano da saúde, da segurança e da educação. A verdadeira função do Estado, enfatizou-se, não é realizar diretamente mas que saiba induzir (“levar o povo a acreditar em si mesmo e fazer as coisas”), condenando-se francamente o assistencialismo, embora se reconheça deva o Estado atender a carências gritantes e não as deixar apenas na dependência da caridade.

Através dos atores consultados, a sociedade brasileira espera que até o ano 2020 sejam minoradas as disparidades de renda vigentes no país. Nesse particular, atribui-se grande importância ao sistema educacional. Ainda que não apareça diretamente a expressão, tem-se em vista o que a sociedade moderna denominou de “igualdade de oportunidades”, como responsabilidade do Estado.

A determinação da situação desejável em 2020 está naturalmente referida à insatisfação com o quadro vigente que, se bem não haja sido caracterizado expressamente, não se poderia deixar de fazê-lo.

Ainda recentemente, em função das eleições de 1998, o Tribunal Superior Eleitoral divulgou os níveis de escolaridade do eleitorado, quadro que nos proporciona um retrato fiel do país no tocante à magnitude do problema educacional com que se defronta.

O dado mais gritante é que, dos 106 milhões de eleitores inscritos no país, cerca de 70% (66,4%) são analfabetos ou têm o primeiro grau incompleto. O Quadro I mostra a distribuição desse contingente.

No total do eleitorado, apenas 9 milhões têm o primeiro grau completo.

QUADRO I

	Milhões	%
Analfabetos	8,5	8
Sabem ler e escrever	24,8	23
1º Grau incompleto	37,1	35
Totais	70,4	66

Considerados os padrões das nações desenvolvidas, não seria suficiente que tivéssemos 80 milhões (79,4 milhões, considerado o total das parcelas precedentes) com o primeiro grau completo (oito séries) porquanto a obrigatoriedade, tanto nos Estados Unidos, como na Europa e no Japão, alcança onze a doze séries.

Leve-se em conta que estamos lidando não com a totalidade da população mas apenas com o eleitorado, basicamente os maiores de 18 anos (ainda que a lei haja facultado o voto opcional para adolescentes com 16 anos, o número dos que se valeram da prerrogativa é insignificante, considerado o contingente de eleitores).

Não deve ser razão de otimismo o fato de que esta situação se haja configurado no passado, porquanto a Escola Fundamental continua engrossando a parcela da população que não conclui o Primeiro Grau. Estatísticas oficiais indicam que, presentemente, a quase totalidade das crianças em idade escolar matriculam-se na Escola Fundamental. Mas apenas em torno de 30% chegam normalmente à 8ª série. Considerada a repetência, esse número pode ultrapassar 40% mas considerando-se prazos mais dilatados (pelo menos onze anos) e não apenas o período normal (oito anos).

Do que precede, constata-se que, no horizonte imediato, não se pode prever alterações substanciais nos níveis de escolaridade da população brasileira.

Também no que respeita à formação profissional, refletindo as preocupações da sociedade, os atores consultados registraram o fato de que as instituições responsáveis pelo cumprimento da tarefa, englobando

escolas técnicas e universidades, não parecem empenhadas em adequar-se ao novo patamar de desenvolvimento tecnológico que vem sendo alcançado.

Foi indicada expressamente a circunstância da indústria mecânica. Este ramo industrial, somente em São Paulo, extinguiu 250 mil postos de trabalho apenas na década de noventa. Estudos efetivados naquela unidade da Federação também apontam o exemplo da indústria têxtil. Neste caso, entre 1990 e 1997, foram abolidas 600 mil vagas.

Enquanto isto, tanto as escolas técnicas como os respectivos cursos de engenharia de nível universitário continuaram sem atentar para o fato, mantendo inalterados os currículos. Dentre os participantes, foi assinalado, paralelamente, que a demanda de técnicos em informática e nos sistemas de telefonia (e de comunicações de um modo geral) não vem sendo atendida.

A rigor, o desenvolvimento tecnológico e, em especial, a informática afetam praticamente todo o universo profissional, a começar daquelas carreiras mais cobiçadas, como as da área médica, das engenharias como do campo de aplicação do direito.

Neste último caso, estudiosos distinguem a informatização da legislação ou da jurisprudência do emprego da informática nos cursos profissionais e no Judiciário. No mundo desenvolvido, o primeiro aspecto (informatização das leis, códigos e sentenças) registra avanços notáveis, notadamente em consequência do próprio aprimoramento dos computadores e do grande progresso representado pelo aparecimento dos CD Roms.

No tocante aos cursos de direito, especialmente na Europa, observa-se enorme resistência às mudanças, o que é compreensível, sobretudo no continente onde o trato com o direito romano data de muitos séculos. Admite-se que essa parcela da reforma venha a avançar mais rapidamente na área anglosaxônica, dada a vigência do direito consuetudinário.

Os reflexos na prática da justiça também não se têm feito presente com a profundidade que seria plausível.

Contudo, no horizonte contemplado por este cenário (2020), o quadro geral estará totalmente definido. Seria necessário, portanto, cuidar desde logo de enfrentar a nova circunstância.

No que se refere às engenharias, conforme se referiu, os atores consultados destacaram o mais importante. O novo ciclo em que ingressa a sociedade industrial caracteriza-se justamente pelas profundas

transformações enfrentadas pela indústria manufatureira. Este, em fases precedentes daquela sociedade, teve tal proeminência a ponto de que, como observou recentemente Peter Drucker, chegou-se a imaginar que o operariado manufatureiro (por seu número e posição no processo produtivo) poderia tornar-se a classe social mais destacada. Com as transformações verificadas neste pós-guerra com maior intensidade nas últimas décadas, tais previsões perderam completamente o sentido. Mesmo o movimento sindical, de que aquele segmento era o principal sustentáculo, talvez não venha a ter maior expressão na nova sociedade (que Peter Drucker chama de “sociedade do conhecimento”).

Em contrapartida, a informática e as comunicações parecem ser as atividades do futuro. A julgar pelo que foi observado na discussão precedente, nossas escolas técnicas e cursos de engenharia de nível superior não estão sabendo enfrentar a situação. Nos estados em que a questão tem sido examinada com maior profundidade, a exemplo de São Paulo, especialistas referem que o mais preocupante consiste no fato de que, no que se refere à reciclagem que todos acreditam, venha a ocupar uma posição relevante no novo sistema educacional a ser constituído, os cursos não vêm sendo planejados pelas necessidades provenientes dos avanços tecnológicos mas pela possibilidade das escolas em oferecê-los. Segundo a mesma fonte, a maior parte dos currículos consiste em uma fragmentação dos cursos técnicos longos.

No âmbito do ensino e da prática da medicina também a informatização está destinada a produzir significativas mudanças.

Cabe lembrar que, no início da informatização dos serviços de contabilidade das empresas, chegou-se a imaginar que os computadores iriam substituir os gerentes. Ocorreu mais ou menos o inverso. Dispondo de informações com maior presteza, passaram a ser requeridos gerentes mais preparados, aptos a tomar decisões oportunas em face das novas possibilidades. O mesmo ocorrerá na engenharia, na medicina e no direito do futuro imediato. A escola terá que capacitar melhor os profissionais daquelas áreas.

No concernente à situação desejável em 2020, os atores consultados tiveram oportunidade ainda de enfatizar que o problema diz respeito à cultura geral (“... não é só a escola que vai mudar; não é só o estudo que vai mudar; não é só a capacitação técnica que vai mudar, tem que mudar a cultura”, como foi observado por um dos interlocutores). Entendemos que a observação diga respeito à cultura geral desinteressada, não direcionada expressamente para a formação profissional ou a educação. Com efeito, a Constituição de 88, seguindo nesse passo a tradição

constitucional brasileira, assinala este outro aspecto da educação, relacionado à cultura geral.

Em muitos países a formação geral é facultada juntamente com a educação para a cidadania, nos cursos obrigatórios para todos. Segundo observado, essa obrigatoriedade alcança onze ou doze anos. De um modo geral, os níveis de atendimento dessa obrigatoriedade chegam a 100%. No caso dos Estados Unidos, devido ao grande afluxo de emigrantes clandestinos, em fins da década de oitenta observaram-se reduções desses níveis, chegando em alguns estados a 95%. Em face de tais resultados, as autoridades optaram por matricular todas as crianças, qualquer que fosse a situação jurídica dos pais. Muitos acabarão por ter regularizada a sua permanência no país, sendo difícil recuperar o atraso se o ensino não for ministrado às crianças na época adequada.

Ainda nos Estados Unidos, a educação geral é proporcionada sobretudo na Universidade ou em cursos de extensão fora da rede de ensino, financiados pelo Estado em conjunto com empresas privadas. Existe uma instituição oficial voltada para esse mister (National Endowment for Humanities - NEH).

Em nosso caso, a formação geral que se efetivava no antigo curso secundário (no chamado curso clássico) foi abandonada desde o início dos anos setenta, com a introdução do novo formato atribuído às escolas, a partir de então denominadas de Primeiro e Segundo Grau.

DESAFIOS

As breves indicações precedentes servem de base para identificar os desafios ante os quais nos encontramos para alcançar, segundo desejo expresso pela sociedade, consultada através de atores relevantes, até o ano 2020, uma sociedade mais justa, graças sobretudo às mazelas existentes no sistema de ensino.

O principal desafio consiste em encontrar o caminho que nos permita estruturar, em bases sólidas, o sistema de ensino obrigatório para todos. Não se pode deixar de reconhecer que autoridades do setor, tanto federais como estaduais, manifestam sua preocupação com o fenômeno da evasão e repetência, que se constitui na nota característica desse nível de ensino. Mas as medidas encaminhadas não têm conseguido mudar o quadro.

Através de emenda constitucional, o governo Fernando Henrique Cardoso constituiu um fundo comum que vai acabar com a diferença existente entre escola estadual e municipal. Com exceção apenas da cidade do Rio de Janeiro (por haver desfrutado de administração diferenciada

na condição de Capital Federal), onde todas as escolas são municipais, nos diversos estados a situação é inversa, predominando escolas mantidas pela administração estadual. Essa circunstância vinha dispensando as municipalidades de contribuir adequadamente para a manutenção do sistema. Com o fundo único, corrige-se essa distorção e todos entram com a parcela devida.

Em alguns estados, como Minas Gerais, fez-se adicionalmente uma campanha para despertar pais e autoridades quanto à obrigatoriedade de levar as crianças à escola.

Ainda assim, a Escola Fundamental continua excluindo a imensa maioria.

Tudo indica que a questão resida no fato de que o curso não é terminal, como foi observado por um dos participantes.

O currículo do 1º e 2º Graus acham-se estruturados de forma que o aluno que consiga concluí-lo esteja em condições de enfrentar o vestibular. Na verdade, portanto, está concebido para a minoria. A maioria (na proporção de até 70%) acaba excluída.

Por essa razão ensina-se matemática moderna desde as séries iniciais, embora aqueles que acabem abandonando-a ou levados à repetência não compreendam para que serve. Questões, essenciais na vida cotidiana, como juros e manutenção de contas bancárias, são solenemente ignoradas.

Nas oito séries do Primeiro Grau os alunos adquirem noções do que se denomina de ciência natural mas não são instruídos para diferenciar a física da química e da biologia. Estas são matérias do Segundo Grau. Não se proporciona uma idéia geral do processo histórico de constituição das ciências e seu impacto na sociedade, diferenciando-a da tecnologia, aquilo com que os alunos lidam habitualmente. Das ciências humanas e da filosofia não adquirem nenhuma noção.

Em matéria de língua e literatura, mais ou menos a mesma coisa. As informações recebidas destinam-se a ser revistas e complementadas no Segundo Grau, ainda assim basicamente em função da estrutura de que se revestem no concurso vestibular.

Para alterar substancialmente essa situação, haveria que introduzir outra forma de avaliação daqueles que se propõem ingressar na Universidade. O mais comum, na Europa e nos Estados Unidos, consiste em que o aluno acumule determinada pontuação, enquanto cada

universidade exige que as notas estejam acima de determinados patamares.

Além disto, entretanto, seria necessário atribuir-lhe uma finalidade. Dentre as atribuições que a Constituição estabelece para o sistema de ensino, a que se reveste de total universalidade (porquanto obrigatória para todos) é a educação para a cidadania. O correto seria, portanto, determinar que o ensino obrigatório deveria formar para o exercício da cidadania.

Entretanto, semelhante disposição exigiria que o curso fosse sucessivamente ampliado até alcançar doze séries. Pela razão muito simples de que, podendo concluí-lo (o atual Primeiro Grau) aos 14 anos, essa pessoa não preenche uma condição básica exigida dos cidadãos (idade mínima). Essa extensão teria o mérito de aproximar-nos da situação existente no mundo desenvolvido.

Com a incumbência de formar para a cidadania, a escola obrigatória teria que adequar o seu currículo. Naturalmente que em nossa sociedade não se pode prescindir do conhecimento da língua, da matemática e das ciências. Mas uma coisa é ter acesso a tal conhecimento para bem situar-se na vida moderna e outra muito diversa fazê-lo para seguir uma profissão exigente de profunda familiaridade com a matemática ou qualquer das ciências.

A par disto, a nova escola teria que considerar alguns temas que são parte essencial daquele exercício e sequer são considerados. Especialistas entendem que talvez coubesse introduzir uma disciplina com aquela denominação (Educação para a Cidadania) onde seriam abordados estes assuntos: 1) Direitos e deveres; 2) Noções de higiene e saúde; 3) Meio ambiente e recursos naturais; 4) Aspectos essenciais da vida urbana; 5) Patrimônio cultural e material que nos forma legados pelas gerações precedentes; 6) Papel do sistema representativo e dificuldades de sua constituição no Brasil; 7) Valores fundantes da civilização ocidental e 8) Como se estrutura a educação para a cidadania nos principais países.

Parece também que seria imprescindível desenvolver uma ação dirigida às lideranças municipais, despertando-as para a necessidade de estruturar bases sólidas para o ensino obrigatório. Sem isto não será alcançado o desejo claramente expresso pela sociedade de chegarmos ao ano 2020 sem analfabetos e com a massa fundamental da população.

Quanto ao ensino técnico profissional, o desafio consiste em adequá-lo às transformações decorrentes do desenvolvimento tecnológico.

Essa adequação precisaria começar pelas carreiras tradicionais: medicina, engenharia e direito. Desde que nos tornamos independentes, o Brasil soube constituir escolas superiores de merecida nomeada, dispondo o país de médicos, advogados, juristas e engenheiros que não só atenderam às necessidades do país como lograram alcançar reconhecimento internacional. Para citar um único exemplo dos mais expressivos: na atualidade há empresas brasileiras de engenharia contratadas para a realização de obras e projetos em diversos países, a começar da Europa e dos Estados Unidos.

Há ainda dois outros desafios no tocante ao sistema educacional, a saber: organizar a pesquisa e estruturar a difusão de cultura geral.

Quanto à pesquisa, cumpre partir da diferenciação entre pesquisa básica e pesquisa tecnológica. Esta acha-se normalmente associada a processos produtivos, sendo mais adequado empreende-la diretamente nas empresas ou em organizações a ela associadas. Neste sentido, o governo mantém diversas formas de incentivo, utilizados com bastante sucesso.

Os recursos públicos deveriam ser canalizados exclusivamente para a pesquisa básica. Neste sentido, em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, o presidente do CNPq, prof. José Galizia Tundusi, reconhece que a produção científica do país não responde às suas necessidades. Segundo entende, pelo menos 60% da pesquisa merecedora de financiamento oficial deveria ser induzida. As áreas prioritárias seriam, a seu ver: “agronegócios; saúde; educação; informática e meio ambiente” (publicação citada, 21/06/1998). O critério adequado para fixar as pesquisas básicas prioritárias seria credenciar-nos para intercambiar com os grandes centros europeus e norte-americanos, ao invés de acalentar projetos autárquicos. Na engenharia genética, por exemplo, acredita-se que o Brasil possa atuar em áreas selecionadas que lhe assegure a posse de conhecimento valioso para a comunidade científica de outros países, disto podendo resultar iniciativas conjuntas. O mesmo no tocante ao meio ambiente, pela diversidade existente no país.

A questão da formação geral (humanista) também requer uma discussão aprofundada. Não é possível continuar admitindo que portadores de diplomas superiores sejam incultos. Na tradição portuguesa (que abandonamos com a Lei 5.692, de agosto de 1971, depois de 150 anos com alguns sucessos inegáveis), a formação geral ficou a cargo do Liceu. Suprimiu-se o Colégio das Artes na Universidade. De todos os modos, alguma formação humanista, nos cursos superiores, ainda se obtém na chamada “Universidade Clássica”, porquanto o ensino técnico

foi organizado em universidade à parte. No Brasil suprimiu-se essa responsabilidade do sistema educacional, claramente formulado nas Constituições, como se fosse a coisa mais natural do mundo. A circunstância explica a incultura geral observável em toda, parte, no Parlamento nos jornais, na televisão.

Na Reforma de 1966/68, previu-se a criação de Instituto Central de Humanidades inteiramente bloqueado pelas “grandes escolas”. Nas discussões da época os representantes das Faculdades de Direito defenderam a tese de que “a introdução ao direito era o direito mesmo”, assim negando a conveniência de haver matérias introdutórias comuns a todas as ciências humanas. O grupo da filosofia, por sua vez queria por força que a introdução à filosofia, que ministrava no curso especializado, fosse transferido ao comum da área sem quaisquer adaptações. Tudo leva a crer que, poucos dentre os que advogavam a introdução do modelo americano (sistema de crédito; substituição da cátedra pelo Departamento, etc.) tinham presente a verdadeira feição da Universidade Americana, a prevalência nesta dos aspectos gerais da formação, a obrigatoriedade da freqüência aos cursos de “Liberal Arts” (humanidades), etc.

Nesse particular há várias propostas de conhecidos especialistas. Além da retomada da idéia inicial do Instituto Central de Humanidades, admite-se a Constituição, como etapa inicial, da Faculdade de Humanidades, cuja freqüência seria progressivamente estendida aos alunos das diversas áreas e não apenas do grupo de ciências humanas. O essencial seria começar por algum lugar. Nos anos setenta e inícios da década seguinte, a Universidade de Brasília patrocinou cursos de extensão a distância, voltados para a cultura geral.

OBSTÁCULOS A SEREM TRANSPOSTOS

É interessante observar que muitos dos atores consultados consideram que o obstáculo maior a superar seria de ordem cultural, situando a questão no plano moral, sem embargo de que também se haja insistido em que condições materiais desfavoráveis para grande número representa impedimento real a que construamos, nos próximos decênios, a sociedade almejada.

A questão moral foi claramente dissociada do subdesenvolvimento e colocada precisamente no âmago do comportamento social. Se o cidadão, na fila de um serviço público, ao invés de investigar a sua responsabilidade na eleição do prefeito e dos representantes, bem como na defesa dos seus direitos recorrendo a instâncias adequadas — e mesmo

aos meios de comunicação —, se ao invés desse comportamento vai em busca de quem, mediante propina possa fazê-lo “furar a fila”, está sendo conivente com a corrupção.

Associada ao princípio que se convencionou denominar de “lei de Gerson”, isto é, a pretensão de “tirar vantagem em tudo”, a corrupção foi insistentemente referida como o maior obstáculo a ser transposto.

Os participantes dão-se conta de que a questão referida encontra-se na dependência da educação. Mas igualmente da reforma do Estado. Indicou-se que “cidadão não confia no Estado, enquanto indivíduo que tem necessidades a serem atendidas. Você não pode confiar na saúde pública; não pode confiar na segurança pública; não pode confiar na educação pública. O Estado é corrupto nas suas várias manifestações”.

Em terceiro lugar aparecem as difíceis condições materiais a que se acham submetidas parcelas significativas da população. Assinalou-se a péssima distribuição de renda existente no país, a ponto de que um dos participantes, expressando certa perplexidade, pergunta “qual a explicação para um país como o nosso ter uma distribuição de renda tão absurda”.

Temos portanto, na percepção da sociedade, por intermédio dos atores consultados, que haveria três obstáculos básicos a serem superados afim de que possamos construir, em prazos razoáveis, uma sociedade mais coesa, solidária e igualitária. A educação seria uma das chaves para alterar o quadro, suposição que, não obstante, requer qualificações.

Em primeiro lugar, a moral social. A referência a esse aspecto permite verificar que a educação não se esgota no sistema de ensino, abrangendo as famílias e as igrejas. Com efeito, quando a sabedoria popular formulou o refrão segundo o qual “educação vem do berço”, quis sintetizar numa fórmula simples, uma longa experiência de vida social. Os hábitos básicos de uma pessoa são adquiridos no convívio familiar e, em nossa cultura, os valores morais essenciais estão referidos à prática religiosa.

De modo que a superção do referido obstáculo requer sejam identificados e avaliados criticamente os valores primordiais de nossa moralidade social básica. Muitos estudiosos têm chamado a atenção para o fato de que, entre nós, a riqueza não é associada ao trabalho nem os empreendedores são apreciados, a exemplo do que ocorre nos Estados Unidos e em diversos outros países. Na América do Norte, a figura preferentemente exaltada é o “self made man”. É compreensível que assim seja. A moderna sociedade industrial criou quantidade inimaginável de bens e serviços. Para ter acesso a tais bens e serviços, a imensa maioria

tem que obter trabalho remunerado. Aquele que o propicia (o empresário) desempenha um papel importantíssimo nessa sociedade, que é por todos reconhecido.

Essas sociedades caracterizam-se também por apresentarem distribuição de renda considerada satisfatória. A parcela fundamental da renda é apropriada pelas camadas médias e, tanto os muito ricos como aqueles considerados pobres formam os menores contingentes.

No Brasil, o processo de construção da sociedade moderna não seguiu aquele caminho. O Estado agigantou-se, tornando-se o maior empresário. Talvez porque, aqui, como foi observado, tivemos Estado antes de termos a sociedade. Sendo esta uma das mais velhas tradições, herdadas de Portugal, formou-se a convicção, na consciência das pessoas de que o Estado é tudo. Temos aqui, segundo expressão dos especialistas, “Estado mais forte que a sociedade”. Nesse quadro, compreende-se a desvalorização dos empreendedores. A própria prática social minimizou o papel dos empresários.

Deste modo, acham-se imbricados os aspectos considerados como obstáculos à reconstrução social, isto é, moralidade social básica que não valoriza o trabalho e chega a preferir o caminho da corrupção, má distribuição de renda e atuação do Estado. Devido a essa circunstância, parece acertado o entendimento, manifestado por muitos dos participantes, de que a reforma do Estado seria o ponto chave na construção da nova sociedade. Trata-se de devolver a iniciativa à sociedade. Do ponto de vista estritamente moral, o ensino obrigatório para todos, voltado para a formação dos cidadãos, teria que enfatizar o combate a toda desvalorização do trabalho e a correlata dissociação entre este e a riqueza. Talvez resida aqui o cerne do desconforto, provocado nos atores consultados, por manifestações do tipo da chamada “lei de Gerson”.

A expectativa, portanto, é a de que, devolvida a atividade produtiva à iniciativa privada, possam emergir, ali onde vêm sendo desmantelados os monopólios estatais, milhares de novas empresas e empresários, criando-se a premissa básica (descentralização) para a correlata desconcentração da renda. Em matéria de economia, o Estado passa a exercer funções reguladoras no sentido de impedir a formação de novos monopólios, desta vez em mãos privadas, e outras formas impeditivas dos efeitos esperados. A melhoria da distribuição de renda (a simples estabilidade monetária vem servindo para melhorar a situação das camadas sociais menos favorecidas) deve permitir que possamos distinguir, como ocorre no mundo desenvolvido, pobreza de indigência.

A pobreza remanescente na medida em que a sociedade se desenvolve, deixa de ser privação de bens essenciais para referir-se à impossibilidade de ter acesso à sua totalidade. Nesse processo, contudo, podem configurar-se situações de carências mais gritantes, para pessoas idosas ou incapacitadas, por essa ou aquela razão, de obter remuneração adequada. Nestas circunstâncias, a moderna sociedade estabeleceu que o Estado deve enfrentar diretamente tais situações, evitando deixá-las exclusivamente a mercê da caridade.

Tudo indica, entretanto, que não basta cumprir o programa de eliminação do Estado empresário, o que vem sendo alcançado, embora os seus ritmos possam ser considerados insatisfatórios. É necessário, paralelamente, fazê-lo refluir para aquelas obrigações indelegáveis, no plano da saúde, da educação e da segurança.

Durante os depoimentos, ora sistematizados, aparece claramente a percepção de que o Estado assumiu múltiplas atribuições, relegando a plano secundário as tarefas que a sociedade reconhece serem essenciais. Além desse reconhecimento, é preciso acrescentar que os recursos disponíveis para aplicação pelo Estado na área social situam-se, proporcionalmente, nos níveis correspondentes aos que foram alcançados pelos países desenvolvidos. Verifica-se desperdício e má aplicação desses recursos.

O caminho parece ser o de que a sociedade passe a acompanhar de perto a aplicação de tais recursos, exigindo-se, da parte dos responsáveis, a correspondente transparência. Ao mesmo tempo, seria imprescindível aprimorar a participação na formulação das respectivas políticas.

Em matéria de saúde, por exemplo, o nome de Sistema único (ou Unificado) não exprime de fato os objetivos colimados. A idéia parece ter sido a de centralizar no âmbito municipal os serviços públicos de saúde. Com a proliferação de organizações particulares dedicadas à prestação desse serviço, o papel do setor público já deveria ter sido revisto. Assim, adquirida, pela sociedade, a consciência de que o Estado tem funções indelegáveis prioritárias, o passo seguinte deveria consistir em sair da generalidade, a fim de poder exercitar acompanhamento, fiscalização e avaliação.

Em matéria de segurança pública, o essencial parece consistir em que, paralelamente ao adensamento da população urbana, abandonou-se o policiamento ostensivo. Portanto, esse aspecto precisa ser colocado em primeiro plano, sem embargo da modernização e da tecnificação do combate ao crime organizado. Para a imensa maioria das populações

das cidades, aspecto que foi enfatizado durante o inquérito, o que incomoda é a insegurança vigente nas ruas, onde não há policiamento e ocorre impunemente, todo tipo de prática criminosa.

Finalmente, no tocante à educação, o desejo da sociedade, expresso claramente nesta oportunidade, consiste em que, nos dois próximos decênios, superemos todas as mazelas que se acumularam historicamente, a começar da erradicação do analfabetismo e da elevação dos níveis de escolaridade da maioria da população. Vê-se claramente que todos os participantes estão convencidos de que, por esse caminho, isto é, através da educação, estaremos construindo a igualdade de oportunidades obtida no Primeiro Mundo. Nos tópicos subsequentes, passaremos ao exame concreto das condições para viabilizar semelhante propósito, bem como o desenvolvimento gradual possível.

TRADUÇÃO DOS DESEJOS EM METAS

A) ENSINO FUNDAMENTAL/ENSINO MÉDIO

A matrícula no ensino fundamental alcança 34,2 milhões de pessoas¹. Admite-se que os contingentes que ainda se encontram fora da Escola seriam irrelevantes. Há naturalmente permanência mais prolongada do que seria desejável — em conformidade com modelo de análise mais sofisticado, que considera a repetência, de que resulta, segundo se referiu e voltaremos a mencionar, permanência média superior a onze anos — e, consoante foi também referido, evasão em proporções expressivas. De todos os modos, para os propósitos ora considerados, isto é, avaliar o crescimento da demanda nos dois próximos decênios, pode-se admitir tanto que a faixa etária de 7 a 14 anos estaria abrangida pela matrícula atual como sua proporção no conjunto da população permaneceria equivalente a 20% do total.

O crescimento da população brasileira reflete presentemente o declínio das taxas que resulta do processo de urbanização. Assim, de crescimento anual próximo dos 3% (2,99), no decênio 1950-1960, reduz-se para 2,89 no decênio seguinte (1960-1970), 2,48 entre 1970 e 1980 e, finalmente, para 1,93 de 1980 a 1991. Levando em conta essa tendência e supondo-se que a população brasileira do ano 2000 corresponda a 170 milhões e, ainda, que nos vinte anos subsequentes a taxa (média) de crescimento oscile pouco acima de 1%, a população total seria, em 2020, da ordem de 210 milhões, tomando-se valores arredondados.

¹ Os dados numéricos tomados por base na presente análise procedem do Censo Escolar de 1997.

Admitindo-se também que a posição da faixa etária considerada (7 a 14 anos) não se alterasse substancialmente, em conformidade com a premissa precedente, a Escola Fundamental teria que alcançar, naquela data (2020) matrícula de 42 milhões de alunos.

O país dispõe, na atualidade, no mencionado nível de ensino, de aproximadamente 200 mil escolas, de tamanho muito variado (as maiores, com 400/500 alunos, seriam no máximo 50 mil). De todos os modos, na medida em que a recuperação do ensino fundamental venha a ser bem sucedida, a tendência seria no sentido de desaparecerem tais discrepâncias. Assim, se raciocinarmos com a média (presentemente 174,2 alunos por escola) e se tomarmos número pouco superior (200 alunos), não deveria ocorrer elevação substancial do número de escolas no período considerado, porquanto teria que elevar-se apenas de 200 para 210 mil (taxa média anual de crescimento de 0,3%).

Nesse particular, os estudiosos são unânimes em considerar que a expansão física da rede não requer maiores investimentos. Os dispêndios nesse item decorrem sobretudo do desinteresse pela manutenção da escola por segmentos expressivos da população, o que eleva os gastos de manutenção. Mas esse tipo de problema pode ser resolvido graças a campanhas bem formuladas e adequadamente dirigidas.

Se for efetivada, como seria imprescindível, a mobilização das lideranças municipais no sentido de que tomem em suas mãos a obtenção da permanência dos alunos na escola (acompanhada essa mobilização de adaptação curricular voltada na direção da educação para a cidadania), o problema em foco encontrará solução natural.

O número de professores na Escola Fundamental era de 1.440 mil na data considerada (1997) de que resultaria a relação média de 24,2 alunos por docente. A média resultante é razoável, levando em conta o que se verifica nos países que dispõem de Ensino Fundamental estruturado em bases sólidas (abrangendo maior número de séries, conforme referido), consoante se pode observar dos dados transcritos no Quadro II.

Admitindo-se que, no horizonte que estamos tomando por base, a média aluno/docente seja equivalente a 24 (vale dizer, mantidos os padrões atuais, que se coadunam perfeitamente com os existentes naquelas nações que deveríamos tomar por modelo), o número de professores teria que elevar-se a 1.750 mil. Ao longo dos dois decênios precisariam ser formados 310 mil novos professores. Se houver a progressiva ampliação número de séries da Escola Fundamental, com a correlata incorporação de professorado de ensino médio (260 mil na

atualidade), as necessidades de formação docente reduzir-se-iam proporcionalmente.

QUADRO II

Países	alunos/professor(*)
Argentina	17,9
Chile	26
Estados Unidos	30
França	18
Inglaterra	22
Japão	19,4

(*) no ensino obrigatório

Esforço maior vai requerer a melhoria de qualificação do atual corpo docente. Tenhamos presente que o maior desafio, em conformidade com o próprio reconhecimento da sociedade, segundo se referiu nos tópicos precedentes, reside precisamente na elevação geral dos níveis de escolaridade da população, tomada em conjunto, com a correspondente erradicação do analfabetismo, tanto real como virtual. O Quadro III mostra a situação presente.

O Fundo recém criado pelo governo — e que deve unificar os recursos dos três níveis da administração, consoante foi indicado — denomina-se FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO (FUNDEF). Trata-se, primordialmente, de elevar os níveis de remuneração. Mas entende-se que semelhante propósito esteja associado à melhoria na formação.

Tem sido lembrada a possibilidade de adoção do modelo representado pela Universidade Nacional de Ensino à Distância (UNED), da Espanha, que está voltada basicamente para a formação docente. Naturalmente

não seria o caso de cogitar-se de elevar ainda mais os investimentos no ensino superior, criando mais uma instituição. Mas uma das universidades federais existentes poderia ser encaminhada naquela direção.

QUADRO III

Níveis de escolaridade do Professorado da Escola Fundamental	%
1º Grau incompleto	4,6
1º Grau completo	4,4
2º Grau completo	47,2
3º Grau completo	43,8
Total	100,0

Fonte: MEC/INEP

O que há de verdadeiramente dramático são os níveis de evasão e repetência. O mencionado Censo Escolar registra os dados constantes do Quadro IV enquanto o Quadro V mostra o comportamento do modelo convencional para o período 1979-1986.

Metodologia elaborada por Sérgio Costa Ribeiro permitiu acompanhar os repetentes e, tomando-se período mais dilatado (doze anos), proporcionou as seguintes conclusões:

1ª) em doze anos, resulta que o número de graduados, em cada 100, eleva-se a 44;

2ª) os graduados levam em média 11,4 anos freqüentando a escola de 1º Grau.

3ª) tomando-se os evadidos (56) e considerando-se ainda período de doze anos, conseguem cursar, em média, 6,4 anos; e,

4ª) 7,5% das crianças que se evadem do sistema escolar o fazem, em média, com pelo menos 13 anos de idade.

QUADRO IV
(em percentagem)

Série	Repetência	Evasão	Progressão
1 ^a	44	1	55
2 ^a	31	3	66
3 ^a	24	4	72
4 ^a	20	5	75
5 ^a	35	5	60
6 ^a	28	5	67
7 ^a	23	4	72
8 ^a	18	12	70

Fonte: MEC/INEP

QUADRO V
(índice)

Ano	Série	Matrícula
1979	1 ^a	100
1980	2 ^a	75
1981	3 ^a	64
1982	4 ^a	56
1983	5 ^a	53
1984	6 ^a	40
1985	7 ^a	33
1986	8 ^a	27

Fonte: FIBGE- Anuário Estatístico

Para uma visão completa dos pontos de vista de Sérgio Costa Ribeiro, que faleceu prematuramente, consulte-se: *A Pedagogia da Repetência. Estudos Avançados*, IEA/USP 5 (12), junho, 1992; e *A Educação e a Inserção do Brasil na Modernidade*, **Cadernos de Pesquisa** Fundação Carlos Chagas.

A progressiva eliminação desse fenômeno poderá ser acompanhada ou não da sucessiva expansão da Escola Fundamental até que venha a alcançar onze séries (incorporando o ensino médio e dedicando-se à formação para o exercício da cidadania).

Quanto ao ensino médio, tomado isoladamente, teria que cumprir as metas adiante resumidas.

No presente, estão matriculados no ensino médio 7 milhões de alunos, apenas 27%, da população brasileira de 15 a 17 anos, equivalente a cerca de 26 milhões de jovens. A matrícula inicial aproxima-se de 2,8 milhões, havendo evasão da ordem de 20%, razão pela qual chega ao terceiro ano desse ciclo apenas 2,2 milhões. Os níveis de repetência são também altos (35% no primeiro ano; 24% no segundo e 14% no terceiro).

Os propósitos do governo federal quanto ao ensino médio consistem em coordenar com os estados ações destinadas a garantir a sua expansão para abranger, entre 1999 e 2002, todos os alunos que tiverem concluído o ensino fundamental e os jovens adulto que quiserem voltar a estudar, a fim de chegar à meta de 10 milhões de alunos matriculados em 2002. Para tanto, entre outras providências, a União tentará obter recursos externos da ordem de R\$ 4 bilhões, a fim de proporcionar a requerida expansão física mas igualmente equipar todas as escolas com computadores, laboratórios e bibliotecas. Ao formular essa meta o governo leva em conta que a expansão da matrícula no ensino médio, entre 1994 e 1997, correspondeu a 33%. Assim, a expansão prevista para o quadriênio em curso seria equiparável (cerca de 43%).

Admitindo que no ano 2020 a faixa etária dos 15 aos 17 anos continuaria correspondendo a 16% do total, a demanda por escola no nível em causa (ensino médio) seria da ordem de 33,6 milhões de jovens. Para atendê-la, a expansão no período 2002 a 2020 teria que ser da ordem de 6,2% anuais. Trata-se, sem dúvida, de expressivo desafio mas que a sociedade (como vimos) espera venha a ser enfrentado.

Considerado o conjunto de elementos mobilizados para a transformação dos desejos da sociedade, caracterizados nos tópicos

precedentes, em metas adequadamente dimensionadas, torna-se claro o esforço imenso que vai ser requerido, notadamente pelas lideranças municipais mas também de todas as instituições envolvidas com a questão educacional. Quanto ao que precisaria ser feito para que fosse viabilizada concretização das metas em questão, será o tema subsequente ao dimensionamento da expansão do ensino superior.

ENSINO SUPERIOR

O ensino superior brasileiro apresenta as características adiante resumidas:

Em 1996, a matrícula global alcançou 1.868 mil alunos. Em relação a 1980 (matrícula de 1.377 mil) a expansão foi de 35,6%. O número de estabelecimentos alcança pouco mais de 900, sendo 127 universidades e 87 federações agrupando mais de uma escola. Assim, a imensa maioria (pouco menos de 700) corresponde a unidades isoladas.

Ocorreu, paralelamente, o aumento da oferta de vagas. De 404 mil, em 1980 aumentou para 634 mil (crescimento de 57%). A expansão indicada tem lugar sobretudo na rede particular, que responde por mais de 70% dessa oferta de vagas. O mesmo fenômeno observa-se no concurso vestibular. Dos 2,5 milhões de jovens inscritos nesse concurso em 1996, 53% o fizeram em escolas particulares.

Entretanto, nesse nível de ensino a evasão tornou-se fenômeno preocupante. Em que pese o mencionado aumento da matrícula (superior a 35%), o número de concluintes não se elevou nas mesmas proporções. Entre 1980 e 1995, o número de jovens que chegaram a formar-se nas escolas de nível superior aumentou apenas de 12% (passou de 226 mil para 254 mil). Há universidades (notadamente públicas mas também particulares) onde a evasão supera 40%.

Supõe-se que o fenômeno em questão seja uma decorrência da inadequação dos cursos oferecidos. Precedentemente foi mencionado o que vem ocorrendo com os cursos de engenharia mecânica e têxtil, que deixaram de adaptar-se às exigências do mercado. Além disto, os estudiosos consideram que muitas das pessoas que afluem a cursos de direito, por exemplo, estão na verdade buscando obter cultura geral. Nessa hipótese, parte da evasão decorreria do abandono da tradição humanista porquanto, presumivelmente, os que por ventura acalentassem esse tipo de pretensão acabariam inevitavelmente desestimulados.

Em termos de atendimento da demanda (ou do que seria legítimo tendo em vista os padrões de cultura atingidos não apenas por países desenvolvidos mas também entre aqueles considerados em desenvolvimento), considera-se que a situação do país deixa muito a desejar. Mesmo tomando-se como referência os níveis (reconhecidamente baixos, como demonstramos) dos que terminam o segundo grau (pouco mais de um milhão de jovens), a oferta de vagas deixa a desejar. Tal não seria entretanto o parâmetro, adequado.

O indicador que se considera mais expressivo seria o que se convencionou denominar de Taxa Bruta de Escolarização de Nível Superior, que consiste no número de vagas oferecidas por cem mil habitantes. Neste fim de milênio a situação apresenta-se na forma descrita no Quadro VI em relação aos países cujos padrões deveriam ser os almejados pelo Brasil (excluem-se os Estados Unidos pelas características singulares de seu ensino superior, devotado em grande medida à cultura geral).

QUADRO VI

Países	Taxa Bruta
Argentina	26
França	29
Japão	25
Brasil	12*

(*) situação em 1996

A meta do governo Fernando Henrique Cardoso para o quadriênio 1999-2002 consiste em elevar a matrícula no ensino superior para 2,7 milhões, com o que a taxa precedentemente adotada alcançaria 16.

Tomando-se os parâmetros atuais dos mencionados países (que daria média 27/28), sem levar em conta que tenderiam a alcançar padrões mais altos nos próximos decênios, isto é, sem pretender eliminar eventuais distâncias que continuem a separar-nos, mas apenas conquistar níveis hoje considerados como adequados, e tomando-se valores arredondados, a meta a ser fixada seria equivalente a matrícula de 6 milhões de alunos no ensino superior, no ano 2020.

A fim de dispormos de um ponto de referência, as taxas médias anuais de crescimento das metas consideradas — isto é, tanto a expansão no quadriênio 1999-2002, para matrícula de 2,7 milhões, como a elevação para 6 milhões, em 2020 — em confronto com os resultados (reais) do período anterior, seriam as constantes no Quadro VII.

QUADRO VII
TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO (%)

Períodos	Taxas
1980-1996	1,9
1996-2002*	6,4
2002-2020*	4,8

(*) metas projetadas

CONDIÇÕES BÁSICAS PARA VIABILIZAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

Seriam duas as condições de que depende o cumprimento das metas consideradas, mais precisamente, para concretizar a realização das aspirações expressas pela sociedade através de atores relevantes, ao relacionar à educação a superação das graves distorções sociais com que o país ainda se defronta.

A primeira delas seria o subsequente fortalecimento tanto do regime federativo como da estrutura administrativa das municipalidades, que têm crescente responsabilidade no desempenho da Escola Fundamental, além do fato de que são os locais onde vive a população. Justamente sua liderança é que dispõe da possibilidade real de fiscalizar diretamente a freqüência das crianças e adolescentes à escola, bem como de avaliar em tempo hábil os efeitos da aplicação de algumas das diretrizes aqui aventadas, a exemplo da adequação curricular com vistas a tornar aquele grau de ensino não só terminal como dedicado à formação para o exercício da cidadania, com a correspondente expansão do número de séries.

É sabido que o país tem experimentado uma expansão indesejável do número de municípios (que hoje chega a 5,5 mil). Com grande freqüência, do desmembramento resultam unidades que não podem de fato sustentar-se. Existe mesmo um movimento, na Câmara dos Deputados, no sentido não só de dificultar o processo de fracionamento

como impor a volta à situação anterior sempre que o município desmembrado não alcance determinados índices, notadamente a relação entre recursos arrecadados e despesa obrigatória.

De todos os modos, as municipalidades com maiores contingentes populacionais, notadamente no Centro Sul e em parte do Oeste, registram melhoria substancial da qualidade de vida. Serviços especiais vêm assegurando a eliminação do fenômeno da mendicância, quando a sociedade moderna não mais relega a indigência a caridade, enfrentando-a com dotações obtidas através de impostos.

Em síntese, pelo menos 2,5 mil municípios (mais ou menos a metade do total) acham-se hoje estruturados não apenas como gerências de serviços urbanos, mas igualmente como entidades capazes de suportar outros encargos, a exemplo da manutenção de serviços de saúde pública e educação fundamental. A par disto, observa-se uma grande concentração populacional em reduzido número. Assim por exemplo, os 160 municípios que formam as dez Regiões Metropolitanas do país, abrigavam, segundo o Censo de 1995, 46,6 milhões de pessoas, ou seja, cerca de 30% da população do país naquela data (155,8 milhões).

Tudo vai depender da nossa capacidade de oferecer-lhes um projeto capaz de empolgar as lideranças e, ao mesmo tempo, saber mobilizá-las naquela direção e também encontrar os mecanismos de acompanhamento permanente e suficientemente flexíveis para operar as adaptações requeridas ao longo do percurso.

A segunda condição básica no sentido de viabilizar a estruturação de um sistema de ensino, tanto a nível básico como no tocante ao ensino superior, que vá ao encontro de aspirações da sociedade na busca de um perfil mais igualitário e justo para o nosso país consiste na revisão radical do entendimento vigente acerca da Universidade e do ensino superior de um modo geral.

Num de seus mais recentes livros **América Latina — universidades en transición** Washington, OEA, 1996 — Simon Schwartzman chamou a atenção para um fato capital. Trata-se da aceitação do ponto de vista da Universidade como instituição elitista pequena, que mais ou menos sustentou a concepção do modelo único, que a Universidade do Brasil deveria encarnar, e mesmo do sentido adotado pela reforma 1968. Embora a Lei de Diretrizes e Bases haja superado este afã do modelo único, seria ingenuidade supor que convicções tão arraigadas possam ser superadas sem discussão específica e devidamente aprofundada. Por essa razão torna-se de todo oportuno fazer remissão à mencionada tese do conhecido educador.

Schwartzman lembra que a reedição do famoso relatório de Abraham Flexner, publicado em 1910, teve lugar em 1968, quando eclodiam movimentos estudantis de caráter contestatório, encaminhando o debate numa outra direção o que talvez explique não se tenha atentado para o teor das críticas então avançadas pelo responsável por aquela reedição, Clark Kerr, então presidente da Universidade da Califórnia. O relatório Flexner denominou-se **Medical Education in the United States and Canada**, propugnando o centro de excelência como modelo adequado a Universidade, que iria sustentar-se como referência indiscutível durante as próximas décadas. A quase totalidade das instituições criticadas por Flexner tiveram que fechar as portas.

Apresentando o ponto de vista de Kerr, Schwartzman começa por indicar que, “ao mesmo tempo em que expressava sua admiração por Flexner, mostrava com clareza onde se equivocou e o que significa uma universidade moderna e de qualidade no presente.”

O primeiro equívoco residiria na tese da universidade como um todo orgânico e integrado, unido pelos valores comuns da ciência, das artes e da cultura. Escreve “A unidade aparente das universidades tradicionais residia mais em seu reduzido tamanho e na origem aristocrática de seus professores e alunos do que numa efetiva integração do conhecimento e da educação. As universidades modernas são gigantescas, reúnem pessoas de todas as origens sociais e com maneiras diferentes de entender o que seja pesquisa, educação, cultura e artes. São, na expressão cunhada por Kerr, muito mais “multiversidades” do que universidades no sentido tradicional.”

O segundo equívoco estaria em supor que a diversidade de funções e valores não poderia conviver numa mesma instituição sem destruir-se mutuamente. Usando terminologia empregada por Schwartzman, trata-se de acreditar que quantidade e qualidade não poderiam combinar-se e complementar-se. A experiência mostrou que não são incompatíveis, com a efetivação de pesquisas de alta qualidade, a prestação de serviços à comunidade, a extensão através de cursos de verão e outras modalidades e, ao mesmo tempo, promover-se através da prática de esportes.

Schwartzman não quer adotar explicações simplistas para o que denomina de fracasso das universidades alemãs, sucesso das congêneres americanas e posição intermediária das inglesas. Semelhante desfecho acha-se diretamente relacionado ao próprio desempenho da sociedade em que se insere a instituição universitária. Porém, mesmo assim, esse tipo de evidência deixa de esclarecer muita coisa. Ao que acrescenta: “Ao

adaptar-se à posição de liderança que assumiu na segunda metade deste século, a educação superior americana desenvolveu algumas características que são hoje centrais para qualquer sistema de educação superior que pretenda ajustar-se ao mundo contemporâneo e que por isto necessitam ser examinadas e compreendidas com cuidado”.

Acompanhemos a descrição dessas características pelo autor.

A primeira consistiria no pluralismo e na diversidade. Essa singularidade permitiu que fosse pioneira da massificação. A tal ponto se deu este fenômeno que, presentemente, cerca da metade dos jovens americanos ingressam em alguma instituição de educação pós-secundária. Contudo, a massificação tende a tornar-se universal.

A diversidade não resultou numa igualização de padrões de desempenho. Ao contrário disto, a pesquisa na pós-graduação, que é onde o sistema norte americano mais se destaca, ter-se-ia desenvolvido, segundo afirma, graças à combinação de pelo menos três fatores.

Enumera-os: i) incorporação dos talentos que se deslocaram para os Estados Unidos acompanhando as grandes migrações que tiveram lugar desde o século XIX e que continuaram nesta centúria, notadamente após a última guerra. Esses emigrantes trouxeram para o país a tradição dos padrões consolidados na universidade européia; ii) o prestígio desses professores e o apreço granjeado pelo seu trabalho não impediram que continuassem existindo as centenas de escolas técnicas, institutos de engenharia e outras instituições ligadas à agricultura e à indústria; e, finalmente, iii) a ausência de tradições acadêmicas mais consolidadas levou a uma inovação importante que foram as escolas de formação de pesquisadores e cientistas, que transformaram esse tipo de atividade numa profissão e não apenas numa simples credencial acadêmica.

A diversidade alcança também o formato das instituições. Nos Estados Unidos não existe Ministério da Educação e ninguém está preocupado em promover definição oficial do que seja uma universidade. Cada estado tem suas instituições, e existem muitas organizações privadas devotadas à formação de professores, à realização de pesquisas, à educação profissional, à formação intelectual e acadêmica, à formação religiosa e também à obtenção de lucros.

Flexner não podia imaginar que houvesse alguma forma de controlar semelhante diversidade, que acabaria por desintegrar-se. Na verdade não se deu conta do papel que o mercado exerce no sentido de testar a

competência e a necessidade desse ou daquele serviço. Aquelas instituições que não conseguem bons alunos, pessoas capacitadas a pagar pelos cursos, doações filantrópicas e contratos de pesquisa com os governos acabam por fechar suas portas. Essa circunstância, aliás, não afeta apenas empreendimentos privados mas igualmente aqueles patrocinados por entidades públicas. Existe um grande mercado de talentos que atrai os professores mais qualificados para as universidades de maior prestígio. A concorrência entre elas obriga, adicionalmente, que ofereçam contratos atrativos para aquelas pessoas bem dotadas.

O mercado também permitiu o aparecimento de instituições que elaboram seus próprios critérios de recomendar essa ou aquela instituição, como um serviço pago, devidamente valorizado pelos usuários.

Ainda mais: operam firmas privadas que elaboram e aprimoram testes padronizados de conhecimentos que são utilizados por muitas universidades para seleção de seus alunos. Em alguns setores, como nos serviços médicos, existem corporações que se incumbem diretamente de fiscalizar a qualidade das instituições onde se forma o pessoal que irá integrá-las.

Assim, a preocupação com a qualidade longe de desaparecer, promoveu modalidades diversificadas de assegurar a sua preservação.

Simon Schwartzman enfatiza que, ao apoiar-se no modelo Flexner em 1968, o legislador brasileiro incorreu em graves erros.

O primeiro consistiu em ignorar as tendências de massificação do ensino superior que Kerr identificava com clareza em sua introdução à reedição, do relatório Flexner. E sintomático, assinala, que logo adiante as autoridades brasileiras tiveram que abrir as portas do ensino superior, levando a uma expansão sem precedentes do número de alunos, sem que isto implicasse em qualquer alteração na preferência pelo modelo único.

Parece-lhe que o segundo erro teria consistido em voltar-se para o modelo europeu, embora a reforma considerada incorporasse certos aspectos da prática universitária americana, como o Departamento, o sistema de créditos e a pós-graduação. Mas, ao fazê-lo, voltou-se para a cúpula do sistema americano, para universidades como Harvard ou Yale, justamente o que o sistema americano tem de europeu. A preferência pelos Estados Unidos, segundo avalia, tem muito mais razão de ser pelo fato de que somos, como aquele país, um verdadeiro continente, em

presença de diversificado conjunto de culturas, a mistura de raças e até mesmo a incompetência da administração pública, a desigualdade social e surpreendente capacidade de iniciativa e inovação.

A conclusão de Schwartzman está apresentada nos seguintes termos: “A educação superior moderna não pode existir sem ciência, pesquisa, formação profissional de alto nível. Sem embargo, se no passado esta era a própria definição do que seria uma universidade, hoje se trata, tão somente, de um dos componentes das modernas multiversidades, e sobretudo dos sistemas de educação superior. Ao lado dessas funções clássicas e tradicionais, estão as funções da educação continuada e de formação de professores, de formação profissional e técnica e da prestação de serviços a comunidade. Cada uma dessas atividades tem seu valor, sua cultura, seu público, sua maneira de organizar-se e financiar-se. O controle de qualidade é mais importante que nunca, nestes tempos de custos crescentes e recursos escassos. Mas este deve ser flexível, plural, descentralizado e desburocratizado. Deve apoiar-se menos nas normas e burocracias e mais na avaliação de seus pares, na reputação conquistada à base do desempenho e no apoio do mercado. O espaço universitário hoje em dia é muito mais complexo e potencialmente muito mais rico do que imaginado por Flexner e por nossos legisladores dos anos sessenta. Sua potencialidade é grande, mas nos falta todavia conquistá-la.”

O breve enunciado precedente das principais teses de Símon Schwartzman parece suficiente para evidenciar que fornecem uma base para a discussão que deve orientar o abandono do modelo único, facultado pela recém promulgada lei de Diretrizes e Bases.

Nossos educadores, em grande medida, continuam achando que haveria um padrão único de universidade, na direção da qual deveríamos encaminhar o nosso ensino superior. Isto explica o empenho que persiste, mesmo depois da nova lei, de forçar a unificação de estabelecimentos isolados, criar gradações para o sistema universitário e, sobretudo, imaginar que avaliações centralizadas, elaboradas a nível da burocracia, podem substituir o mercado.

Por tudo isto o aprofundamento do debate torna-se um pré-requisito para que, através da expansão de nosso ensino superior, caminhemos ao encontro daqueles desejos manifestados pela sociedade no sentido de que, pela educação, entre outras coisas, possamos substituir os atuais padrões de nossa sociedade pela garantia de igualdade de oportunidades à maioria, como meio de chegarmos a um modelo mais ajustado aos ditames da justiça social.

O CAMINHO DA CONSOLIDAÇÃO DA PESQUISA

Para que sejam encontradas fórmulas capazes de permitir a consolidação da pesquisa, imprescindível se torna distinguir as duas espécies, isto é, a pesquisa básica da pesquisa aplicada.

A National Science Foundation define pesquisa básica deste modo: “compreende projetos de pesquisa que representam uma investigação original, com vistas ao avanço do conhecimento científico, e que não têm objetivos comerciais específicos”. A organização desse tipo de pesquisa em instituições a esse fim destinadas é fenômeno relativamente tardio no curso do desenvolvimento dos países industrializados.

Originariamente, os pesquisadores eram indivíduos criativos que atuavam isoladamente, sendo estimulados pelas sociedades científicas. Seu objetivo era aprofundar o conhecimento dos processos naturais aplicando os métodos quantitativos consagrados pela física moderna. No século XIX, a Universidade Alemã procurou institucionalizar a investigação científica, criando a figura do pesquisador e facilitando-lhe os meios de realização do seu trabalho. Estavam lançadas as bases para a organização de grandes laboratórios devotados à pesquisa básica.

Paralelamente, inventores de máquinas e de artefatos acabam aproximando-se da grande indústria, ao tempo em que alguns indivíduos de talento cuidavam de promover a aplicação da pesquisa científica aos processos industriais. Considera-se como pioneiro nessa esfera a Thomas Edson, que criou nos Estados Unidos o que se considera tenha sido o primeiro laboratório dedicado toda a pesquisa industrial, em 1876. Pouco depois, em 1886, Arthur D. Little organizou sua empresa, devotada ao sonho a que dedicou toda a sua vida a aplicação da ciência à indústria.

Inspiradas em tais exemplos, as próprias empresas organizam seus laboratórios. São consideradas precursoras: Eastman Kodak, cujo laboratório se instalou em 1893, em 1895 seria a vez da B.F. Goodrich; em 1900, da General Electric e em 1902 da Du Pont. O laboratório da Bell Company, que se tornou um dos mais importantes do mundo — e uma espécie de modelo, pela forma que se indicará — foi fundado em 1907.

Na época da Primeira Guerra Mundial, existiam cerca de 100 laboratórios de pesquisa em indústrias dos Estados Unidos. Na década de sessenta, seu número já ascendia a 5.400. Explosão análoga ocorre na Inglaterra e na Alemanha.

Sobretudo neste pós-guerra, algumas grandes indústrias criam os seus próprios laboratórios de pesquisa básica e procuram aproximá-la das linhas de pesquisa aplicadas que já mantinham. As formas dessa aproximação são as mais diversas.

No caso da Bell Company, os pesquisadores dedicados a pesquisa básica indicam aqueles resultados, obtidos em seu trabalho, que poderiam ser reproduzidos e, portanto, patenteados. Destes, a companhia seleciona aqueles que serão estudados e desenvolvidos pelo pessoal devotado à pesquisa tecnológica. Graças à feliz combinação dos dois grupos, a Bell Company liderou, no período recente, os principais progressos, ocorridos na esfera das comunicações, notadamente o emprego de satélites.

Outra forma de conjugação entre pesquisa básica e pesquisa aplicada é adotada pela Monsanto Chemical Corporation. A Monsanto mantém um Laboratório Central, incumbido da pesquisa básica, conjugado a laboratórios dedicados a desenvolver produtos e processos nas seguintes divisões: Agricultura, Hidrocarbonos, Química Orgânica, Plásticos e Química Inorgânica. Considera-se empreendimento muito bem sucedido.

De todos os modos e por maior que seja a conjugação, são autônomos os grupos que se ocupam da pesquisa básica e os que se acham voltados para a pesquisa tecnológica, também denominada de aplicada ou industrial. Achando-se associados a grandes empresas, estes últimos não trabalham apenas a partir de resultados obtidos na pesquisa básica, mas também de exigências de aprimoramento das próprias linhas de produção que as empresas mantêm.

Para atender à singularidade representada por essa conjugação, a National Science Foundation define o tipo descrito desse laboratório como aquele que “inclui projetos de pesquisa que representam investigação direcionada para a descoberta de novos conhecimentos e que têm objetivos comerciais específicos com respeito a determinados produtos e processos”.

Considera-se que o ponto de partida para a aproximação, em grande escala, entre pesquisa básica e pesquisa aplicada tenha sido o Projeto Manhattan, organizado em 1942, tendo entre os seus objetivos a fabricação da bomba atômica. Antes de ter sido vislumbrada aquela possibilidade, os cientistas estudavam radiação cósmica, como desdobramento dos estudos que visavam a novos conhecimentos acerca do comportamento dos fenômenos elétricos. Da medida da radiação cósmica, obtida em diferentes altitudes, evoluiu-se para a chamada aceleração de partículas. Tal investigação é que permitiu chegar-se a hipóteses relativas à desagregação do núcleo atômico.

No caso do Projeto Manhattan não se deu apenas uma perfeita conjugação entre pesquisa básica e pesquisa aplicada como muitos dos cientistas que estavam dedicados à pesquisa básica e desinteressada acabaram atraídos para aquele empreendimento.

Subseqüentemente, a aceleração de partículas ganhou grande desenvolvimento, vindo a denominar-se Física de Partículas. Continuou facultando sub-produtos na esfera tecnológica, podendo-se apontar o exemplo da tecnologia de supercondutores e inovações na área de robótica, mecânica fina, rede de comunicações, arquitetura de computadores, bem como na área médica, através de radioterapia com mesons Pi e reconstrotores de imagens, que não têm os efeitos colaterais dos aparelhos de Raios X.

O crescimento da pesquisa em grandes laboratórios — que alguns estudiosos denominam de *big science* — não eliminou o papel dos inventores independentes J. Jewkes, D. Sawers e R. Stillerman, que estudaram os avanços científicos e tecnológicos ocorridos neste século, consideram que, tomando-se os 61 mais significativos dentre eles, cerca de metade foi produzida por indivíduos que não faziam parte de qualquer dos grandes laboratórios. Ainda assim, acredita-se que essa proporção tende a diminuir, levando-se em conta os custos crescentes exigidos pela pesquisa. Tomando-se a totalidade das patentes, nos Estados Unidos, em 1900, aproximadamente 80% eram individuais, em 1957, essa proporção havia caído para 40%.

Inventores independentes têm se agregado a grandes organizações para levar a bom termo suas pesquisas. É comum invocar-se o exemplo do químico francês Jacques Brandenberg, inventor do celofone, que começou trabalhando sozinho e acabou associado à grande indústria.

É também errônea a impressão de que os inventores autônomos são pessoas criativas e sem maior qualificação técnica. Os mais bem sucedidos são, ao contrário, pessoas altamente qualificadas, como Leo Backeland, que inventou a baquelite; Edwin Armstrong, que inventou o FM; Edwin Lande, que inventou a câmera Polaroid e assim por diante.

Nos países desenvolvidos, a pesquisa industrial é, em geral, orientada pelas solicitações de mercado. Na medida em que os custos envolvidos em tais pesquisas se avolumam, firmas de países diversos associam-se para atuar conjuntamente.

A principal vantagem na conjugação entre pesquisa básica e pesquisa aplicada consiste no fato de que os investimentos em tecnologia passam

a ser liderados pela indústria, louvando-se de critérios realistas para definir prioridades. Adicionalmente, a confecção de protótipos é desde logo concebida em termos de linhas de produção, cuidando-se do ferramental. Nos projetos conduzidos em instituições do tipo da Universidade ou assemelhadas, como ocorre no Brasil, a tendência é que a iniciativa se esgote nos protótipos, porquanto os dispêndios exigidos por sua produção em série são sempre equivalentes ou mais vultosos que os requeridos pela pesquisa tomada isoladamente.

A partir das indicações precedentes pode-se conceber a estruturação, em bases definitivas, da pesquisa básica a ser mantida ou criada, que deveria merecer recursos públicos, embora isto não deva significar que o projeto tenha que efetivar-se igualmente em instituição estatal, podendo ser contratada com empresas privadas.

Nos Estados Unidos, semelhante procedimento tem proporcionado resultados expressivos, inclusive estimulando a concorrência entre organizações de pesquisa, o que, sem dúvida, estimula-as a continuar aprimorando-se ao invés de acomodar-se com os resultados alcançados.

Quanto aos temas a serem desenvolvidos, o país dispõe hoje de comunidade científica perfeitamente credenciada para estabelecê-lo. O realismo que o Poder Público poderia introduzir consistiria na preferência por aqueles que nos credenciassem a desenvolver o intercâmbio com os grandes centros de pesquisa do mundo desenvolvido. Em suma, o essencial seria evitar a insistência em projetos autárquicos, que parece ter sido a nota dominante nos últimos decênios.

Para nos tornarmos desenvolvidos do ponto de vista científico-tecnológico não temos porque nos esforçarmos no sentido de percorrer todas as etapas experimentadas pelas nações desenvolvidas. Se soubermos escolher com realismo os projetos, prioritários, certamente estaremos em condições de darmos, contribuições valiosas do enriquecimento do patrimônio científico, comum a toda a humanidade.

A par disto, instituições públicas deveriam ser afastadas de toda espécie de pesquisa tecnológica. Esta deve ser da responsabilidade exclusiva da iniciativa privada que, para tanto, merecerá os incentivos que a lei já faculta. Ao mesmo tempo, pesquisa básica efetivada em instituições governamentais deveriam ter em vista associações com a iniciativa privada sempre e quando a conjugação com a pesquisa tecnológica (aplicada) se tornasse imprescindível.

RECONSTITUIR A FORMAÇÃO GERAL

Segundo se referiu, na tradição ocidental que as Constituições brasileiras têm refletido, ao sistema de ensino são atribuídas essas funções: 1) assegurar cultura geral, como meio de permitir, nos termos da Carta de 88, “o pleno desenvolvimento da pessoa”, 2) preparar para o exercício da cidadania e, 3) promover a qualificação para o trabalho. A educação, também segundo a mesma tradição, não é responsabilidade apenas do Estado mas igualmente das famílias e das igrejas.

Em Portugal, a formação geral era pré-requisito ao ingresso em qualquer das faculdades que compunham a Universidade, sendo encargo do chamado Colégio das Artes. Nos desdobramentos da Reforma Pombalina (1772), a formação geral foi deslocada para o nível secundário (Liceus). O Brasil manteve esse modelo por cerca de 150 anos, abandonando-o com a Lei 5.692, de agosto de 1971, que instituiu o Primeiro e Segundo Graus, extinguindo os cursos primário, ginasial e colegial.

Nenhum país pode aspirar tornar-se plenamente desenvolvido sem possibilitar o acesso à cultura geral a camadas cada vez mais amplas de sua população. De sorte que o Brasil não pode abdicar da difusão das chamadas humanidades, isto é, do conhecimento desinteressado. A televisão proporciona recursos expressivos na consecução de semelhante objetivo.

Ainda assim, todas as iniciativas tendentes àquele objetivo teriam que partir de uma matriz perfeitamente definida, onde a questão fosse definida ao nível acadêmico. Nesse particular, seria despropositado tentar reconstituir os cursos clássicos que chegaram, em certos períodos, a alcançar grande desenvolvimento, em instituições como o Colégio Pedro II e em muitos Colégios Estaduais, oficiais e privados.

O professor Leonardo Prota, da Universidade Estadual de Londrina e do Instituto de Humanidades, tem insistido na significação da cultura humanista e ao tema dedicou um de seus livros (**Um Novo Modelo de Universidade**, São Paulo, Convívio, 1987). A idéia era estruturar um modelo alternativo de universidade, onde todos os alunos passassem por uma instituição do tipo do Colégio de **Liberal Arts**, existente nas maiores universidades norte-americanas.

Com a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que consagra o abandono do modelo único, o professor Prota voltou ao assunto para sugerir que, a título experimental, as universidades existentes criassem Faculdades de Humanidades, procurando atrair para os seus cursos os diversos alunos ali matriculados, sem interferência no

processo de formação profissional. No desdobramento dessa experiência, segundo ainda a mesma proposição, avaliar-se-ia a oportunidade de tornar obrigatório esse tipo de estudo para todos os alunos ali matriculados.

A preocupação é de todo pertinente, levando em conta ser inadmissível que pessoas portadoras de diplomas de nível superior continuem desprovidos do mínimo de cultura geral.

O papel das humanidades na nova sociedade que se está estruturando vem sendo enfatizado pelo conhecido especialista em administração Peter Drucker, a ponto de afirmar que o administrador do futuro terá que ser um humanista porquanto dele será exigido que não se deixe bitolar pela especialização estrita.

Peter Drucker tem em vista a circunstância de que os executivos, terão, crescentemente, que dispor da capacidade de ter uma idéia bastante completa da amplitude o conhecimento (ao invés de fechar-se no que seria a sua especialidade). Em seus escritos tem insistido num exemplo muito expressivo e que consiste no seguinte o fax pode tornar-se o correio do futuro. Mas não foi gerado dentro dos Correios. Ao apresentá-lo deseja, com um exemplo simples, demonstrar como falta de cultura pode levar o responsável por uma organização empresarial a deixar de perceber em que direção estaria se encaminhando as atividades da empresa.

Costuma-se também invocar o que ocorreu com a IBM, ao subestimar a potencialidade do Computador Pessoal, o que a levou a defrontar-se com um concorrente, a Microsoft, que, rapidamente, adquiriu dimensões capazes de ameaçar o seu poderio longamente construído.

O certo é que precisaríamos encontrar uma fórmula ao nível do ensino superior, destinada a reintroduzir as humanidades em nosso sistema de ensino.

A formação geral enfatiza os seguintes aspectos:

- I) Familiaridade com os valores de nossa civilização, assimilados criativamente de forma a poder avaliar, com equilíbrio, a experiência de cada país, enquadrando-a numa adequada perspectiva histórica.
- II) Capacidade de expressar-se de modo correto, mediante o conhecimento da língua pátria e das obras clássicas de sua literatura, bem como das regras da lógica formal.

III) Conhecimento do objeto, do método e da história das principais disciplinas científicas, e,

IV) Compreensão de que a cultura forma uma totalidade viva, em permanente enriquecimento, e que não se secciona em compartimentos estanques, cultivo de atitude respeitosa e interessada diante de suas diversas manifestações, e compromisso com o subsequente auto-aperfeiçoamento.

Existem dois modelos básicos de estruturação de cursos de humanidades, sendo o primeiro do *St. John's College*, de Washington, Estados Unidos e, o segundo, da *Open University* inglesa.

O *St. John's College* funciona em dois campi, um em Anápolis, no estado de Maryland, e outro em Santa Fé, no estado de New Mexico. Foi fundado em 1696. Nos primeiros tempos esteve ligado à Igreja Protestante Episcopal e denominava-se *King William's Scholl*. A atual denominação data de 1784, tendo perdido qualquer característica confessional. Seu curso de graduação, de quatro anos, destina-se a adquirir formação humanista pela leitura de aproximadamente 130 livros, que compreenderiam o saber acumulado pela humanidade. Também é parte do aprendizado alcançar familiaridade com os compositores clássicos, o estudo de línguas e de matemática, bem como a prática de experiências de laboratório. Mantém ainda curso de pós-graduação. A instituição optou por permanecer com um pequeno colégio, abrigando 375 estudantes em Anápolis e 320 em Santa Fé.

A lista de livros do *St. John's College* é famosa em todo o mundo porquanto se considera que corresponda à mais criteriosa seleção. Inspirando-se nela é que foi organizada a coleção, também famosa, denominada **Great Books** da enciclopédia Britânica.

Neste pós-guerra houve uma animada discussão nos Estados Unidos acerca da incorporação da ciência à tradição humanista. O livro que dá conta desse debate é **A Educação Moderna**, de Sidney Hook, que viria a merecer edição brasileira.

Em síntese, convencionou-se que a ciência moderna faz parte das humanidades através de textos básicos dos próprios cientistas e nunca por intermédio de manuais.

O elenco dos livros que seriam de leitura recomendável para que uma pessoa adquira cultura geral compreende as obras clássicas da Antigüidade, a começar da Bíblia e dos principais textos de autores gregos

e romanos, tanto de obras literárias como científicas e filosóficas. O mesmo em relação à Idade Média.

O Renascimento e a Época Moderna estão representados pelos textos dos grandes filósofos, cientistas e historiadores bem como da literatura.

Alguns historiadores norte-americanos, a exemplo de Harold Bloom, para designar o patrimônio representado pelas humanidades, empregam a expressão **Canon Ocidental**, sendo este aliás o título de um de seus livros traduzidos ao português. Mas sua ênfase principal recai nas obras literárias.

A **Open University** é uma instituição universitária inglesa que se singulariza por admitir que seus alunos possam freqüentar os seus cursos sem a obrigatoriedade de concluí-los nos prazos habituais. Tendo em vista essa característica e dispondo de Corpo Docente altamente qualificado, ocupa-se também de cursos à distância. Atua ainda em conjunto com a BBC, no sentido de alcançar maior difusão da cultura geral. A Open mantém também cursos profissionais.

Quanto ao modelo de curso de humanidades que adota, embora tome por base a ênfase na leitura de livros, a exemplo do Saint John's College, admite diversos tipos de introduções. Intitula-se **Arts Foundation Course** e inicia-se por estas introduções: 1) História, 2) Literatura, 3) Música, 4) Filosofia, 5) Artes e 6) Religião.

Os alunos que completam estes cursos introdutórios são aconselhados a seguir aquele que se denomina de "As artes e a sociedade na idade da industrialização", que abrange o período aproximadamente de 1810 a 1860, com o propósito de levar o estudante a ter presente o caráter integrado da cultura. Assim, partindo da hipótese de que a industrialização nascente seria um fenômeno catalizador daquele ciclo, após caracterizá-lo numa unidade introdutória denominada "conceitos-chave", estuda-se o tipo de posicionamento que provocou, sempre com base em textos selecionados, dos maiores pensadores ou escritores.

As unidades subsequentes intitulam-se *Natureza, Trabalho e Arte; A experiência da industrialização; Jane Eyre; Trabalho, Moralidade e Natureza Humana: De Listz ao Music Hall* e, por fim, *Respostas do século XX à industrialização*.

O curso proporciona familiaridade com a reação romântica à industrialização, mediante o estudo da obra clássica da literatura inglesa que é *Jane Eyre*, de Charlotte Bronte (1816-1855) e de textos de Thomas

Carlyle (1795-1889), com as idéias da filosofia mecanicista e com a obra dos grandes moralistas do período como Bentham (1748-1836) e John Stuar Mill (1806-1873). Tudo isto é, finalmente, confrontado com o posicionamento do século XX, a fim de situar uma outra perspectiva, mas encarada igualmente em sua totalidade, isto é, através de suas diversas manifestações e não apenas pela filosofia ou pela literatura.

O estudo das obras clássicas, tomadas de *per-si*, acha-se contido nos cursos específicos (Filosofia, Moral, Religião, etc.).

Partindo da suposição que a forma mais adequada de reintrodução da cultura geral em nosso sistema de ensino, consistiria em fazê-lo em nível superior, o mais correto seria tomar como referência qualquer dos dois modelos, introduzindo as adaptações requeridas para contemplar obras relacionadas à cultura luso-brasileira.

As principais universidades americanas também adotam como obrigatória a freqüência aos cursos denominados de **Liberal Arts**, admitindo combinações variadas segundo seja a área de concentração (“major”) escolhida pelo aluno, podendo naturalmente levar em conta a sua experiência. Contudo, a idéia central ainda é a difundida pelo St. John’s College, a maneira adequada de adquirir cultura geral é através da leitura dos livros considerados básicos no processo de formação da cultura ocidental.

HIPÓTESE DE DESENVOLVIMENTO GRADUAL

A consecução das metas formuladas precedentemente comporta naturalmente desdobramento no tempo. Entretanto, não se trata apenas de uma questão que pudesse ser encarada de forma linear, isto é, em termos estritamente quantitativos (matemáticos), embora, nos casos que se indicará seja de todo factível fazê-lo sem maiores simplificações.

No caso da Escola Fundamental o problema resume-se em capacitá-la a reter os alunos, isto é, em eliminar sucessivamente a evasão. Os investimentos físicos estão feitos e, conforme se referiu, o aumento do número de professores não se constituirá em maior problema, cifrando-se este na melhoria de sua formação.

O mais adequado seria estabelecer a discussão sistemática com as lideranças municipais.

Em vários estados vêm sendo efetivados esforços no sentido de introduzir diferentes formas de atrair as crianças para a escola (havendo mesmo remuneração em dinheiro aos pais que cumprem

essa disposição constitucional). Entretanto, o retorno tem deixado muito a desejar.

Especialistas do Ministério da Educação têm resistido a qualquer mudança curricular. No período recente passaram a admiti-lo no tocante ao ensino médio, para introduzir certos temas mais relacionados à cultura geral. Permanece, contudo, a resistência ao reconhecimento da falta de especificidade da Escola Fundamental.

A circunstância de que a educação para a cidadania não tenha sido atribuída, pela Constituição, a determinado nível de ensino naturalmente não nos autoriza a ignorar o caráter taxativo da disposição. Se a Escola não cumpre essa obrigação, que todos consideram essencial para o próprio sucesso de estruturação, em bases duradouras do sistema representativo, alguma iniciativa precisaria ser empreendida. Nosso comportamento até o presente sugere que se imagina possa a questão solucionar-se por si mesma.

Levar o tema às lideranças pode permitir que se estabeleça um mínimo de consenso, imprescindível para que a reforma tenha continuidade e possa ser, bem sucedida. Devendo a questão resolver-se a nível municipal, o mais prudente é iniciar o empenho em prol do consenso precisamente por sua liderança.

Quanto à questão de aumentar o curso fundamental para onze séries, possibilidade facultada pela nova Lei de Diretrizes e Bases, também deveria ser solucionada em bases consensuais, a partir das mesmas lideranças. Se algumas municipalidades se dispusessem a experimentá-lo (naturalmente com a radical adequação curricular aos objetivos de formar para o exercício da cidadania), seria certamente a solução ideal, porquanto retiraria o caráter abstrato de que se tem revestido a discussão.

De todos os modos, o projeto de levar todos os alunos da Escola Fundamental (eliminada a evasão) ao ensino médio está contemplado no programa governamental. Segundo se referiu a meta seria alcançar, nesse nível de ensino, matrícula equivalente a 10 milhões de Jovens, no ano 2002, propósito que extrapolamos para o ano 2020, que deveria contemplar 33, 6 milhões.

A meta fixada pelo governo federal para 2002 corresponde a cerca de 40% da faixa etária correspondente. Admitindo, conforme fixado precedentemente, que no horizonte considerado a posição dessa faixa etária não se alteraria substancialmente, e supondo que o incremento da matrícula se desse progressivamente, poderíamos formular o modelo adiante resumido.

A progressão poderia ser a seguinte: 2006, elevar a matrícula a 60% da faixa etária correspondente; 2010, alcançar 70%; 2014, 80% e, finalmente, 2020, 100%.

Supondo a progressão esquematizada, as metas desdobrar-se-iam deste modo:

QUADRO VIII
(em milhões)

Ano	Faixa Etária	Matrícula	B/A
	(A)	(B)	%
2006	29,0	17,4	60
2010	30,3	21,2	70
2014	31,6	25,2	80
2020	33,6	33,6	100

No que se refere à expansão do ensino superior, para levá-lo aos níveis de países como Argentina, França ou Japão, também seria uma questão a ser amplamente discutida com outro tipo de liderança: das escolas particulares. Estas presentemente representam em torno de 70% da matrícula e não há qualquer indício de que semelhante proporção possa alterar-se a curto prazo. De sorte que a própria liderança daquelas escolas é que estaria em condições de avaliar as possibilidades de cumprimento da mencionada meta, que se traduziria na matrícula de 6 milhões de alunos em 2020, conforme se indicou.

Do ponto de vista do Governo, a contra partida seria o compromisso de promover a correspondente desregulamentação, na linha sugerida por Simon Schwartzman. Na verdade, o Poder Público só deveria interferir, controlando e supervisionando, no processo de formação daquelas profissões cujo exercício tem reflexos diretos na sociedade, a exemplo da medicina ou das engenharias. A extensão da desregulamentação também poderia ser negociada com as mencionadas lideranças.

O essencial é não perder de vista que a sociedade brasileira espera de seus dirigentes que promovam a remoção, no mais curto prazo, de todos os entraves observados no sistema educacional, como condição básica à conquista de uma sociedade mais desenvolvida e igualitária.

RESUMO

A partir dos dados de consulta realizada com vistas ao Cenário Brasil 2020, o autor argumenta que a sociedade brasileira possui nítida compreensão da importância da questão educacional associada ao entendimento de grande insatisfação com a situação presente. A situação desejada pode ser expressa nos seguintes termos “... o Brasil em 2020 passa, em primeiro lugar, pela educação”. A tradução dos desejos em metas mostra, segundo o autor, que a abordagem do problema exige um complexo de medidas que implicam, entre outras, a revisão das atribuições nos diferentes níveis da Federação e a melhor definição entre as responsabilidades do setor público e da iniciativa privada no processo de melhoria do sistema educacional brasileiro.

ABSTRACT

Taking the figures showed by the Brasil 2020 Survey as a starting point, the author argues that Brazilian society clearly understands how important education is, and how unsatisfactory education system is by now. In the survey the recognition of the importance of education to construct a desirable future appeared in statements like “... Brazil of the year 2020, at first, depends on education”. According to the author, to transform a desirable future into goals needs an integrated approach which includes, among other measures, the reviewing of the distribution of costs and duties among the different levels of the Brazilian federal system, and the establishment of clear responsibilities of public and private sector regarding education.

O Autor

ANTONIO PEREIRA PAIM. Atualmente pesquisador e consultor independente em assuntos de políticas públicas. É membro do Instituto Brasileiro de Filosofia, da Academia Brasileira de Filosofia, da Academia de Ciências de Lisboa e do Instituto de Filosofia Luso-Brasileira (Lisboa). Entre suas obras incluem-se: “*História das Idéias Filosóficas no Brasil*” (5ª edição, 1997), “*A Querela do Estatismo*” (1996) e “*História do Liberalismo Brasileiro*” (1998).